

Mulheres Indígenas e Organização Política: união, luta, força e resistência

Angela C. Sacchi^a

Resumo: O artigo procura assinalar os desafios apresentados às mulheres indígenas quando se inserem no campo político e como essa atuação se expande e ganha novos contornos a partir de seus posicionamentos como líderes comunitárias e representantes de organizações de mulheres indígenas. Busca evidenciar os contextos que propiciam a institucionalização de determinadas organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira e os propósitos que impulsionam o associativismo, ainda demonstrar os atributos necessários às mulheres líderes. Apresento as principais pautas das mulheres indígenas organizadas e destaco como a promoção de direitos por parte das mulheres indígenas compreende diferentes frentes de luta, a partir das quais são formuladas propostas de políticas e estratégias de ação desde o nível local até o contexto internacional. O propósito é apontar a singularidade da participação política das mulheres indígenas e as especificidades de suas reivindicações e como esses fatores podem contribuir para um feminismo que contemple a diversidade de mulheres.

Palavras-chave: Mulheres, Indígenas, Política, Líderes, Direitos.

Mulheres indígenas e organização política na Amazônia brasileira

As mulheres indígenas detêm importantes posicionamentos na organização social dos povos indígenas, a nível interno ou naqueles

^a Pós-doutoranda (PNPD-Capes) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPE). Email: acsacchi@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6691-9804>.

que ultrapassam esses limites. A participação no campo político pode ser observada através da atuação como líderes em contextos locais e inseridas em processos de organização de mulheres indígenas. O que denomino como ‘participação política das mulheres indígenas’ compreende a atuação feminina em múltiplos contextos (movimento indígena, associativismo local, organizações estaduais e regionais, mobilizações nacionais e internacionais) e a partir do estabelecimento de parcerias de trabalho com representantes de diferentes instituições. Essa participação é resultado de um conjunto de fatores: a presença das mulheres nas lutas do movimento indígena, a formação (técnica, política, acadêmica) das mulheres, o fomento às atividades das organizações de mulheres indígenas por parte das instituições governamentais e não governamentais, os impactos dos programas de desenvolvimento sobre os territórios indígenas e as violações aos direitos dos povos indígenas e aos direitos das mulheres.

A participação política das mulheres indígenas é aqui compreendida através da apresentação de determinados processos de organização no contexto da Amazônia Brasileira¹: a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima/OMIR, a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro/AMARN, a Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé/AMISM, o Departamento de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/DMI-COIAB e o Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/DMIRN-FOIRN. As organizações de mulheres indígenas na região são constituídas a partir da década de 1990 e os departamentos de mulheres se consolidam a partir dos anos 2000 e nesse segundo momento há uma articulação regional entre mulheres indígenas possibilitada pela participação em encontros e atividades promovidos pelo Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB.

As mulheres indígenas no estado de Roraima afirmam a formação de um movimento de mulheres desde meados dos anos 1990. A participação nas atividades de corte e costura realizadas nos denominados

‘clubes de mães’ inicia um intercâmbio de experiências entre mulheres e nesses espaços avaliam os desafios à participação política feminina e declaram determinados compromissos em defesa dos direitos indígenas: a promoção da cultura e da sustentabilidade e o enfrentamento dos processos de alcoolização² e das interferências políticas externas. As iniciativas de organização comunitária culminam na instituição de uma organização estadual, a denominada Organização de Mulheres Indígenas de Roraima/OMIR. A entidade ‘luta pela igualdade, liberdade, autonomia e defesa dos direitos das mulheres indígenas’ e representa as mulheres Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Patamona, Sapará, Taurepang, Yekuana, Yanomami, Wai Wai (OMIR 1999). Os propósitos de ‘união, luta, liberdade e resistência’, conforme o slogan da OMIR, expressam a amplitude de suas lutas e as formas como as mulheres atuam diante dos desafios vivenciados nos espaços comunitários e em diferentes contextos. A partir da constituição da organização, as mulheres reiteram os compromissos firmados nos anos 1990 e passam a promover encontros e implementar diversos projetos. O alcance dos propósitos da entidade pode ocorrer mediante a formação das mulheres em diversas áreas técnicas e de conhecimento, a atuação feminina em diferentes espaços, o apoio comunitário, o diálogo com as lideranças masculinas e o estabelecimento de parcerias de trabalho com diferentes instituições.

As integrantes da Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro/AMARN e da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé/AMISM, por outro lado, são mulheres que se deslocam aos centros urbanos e a cidade se torna o local de experiências diferenciadas, nem sempre condizentes às expectativas femininas em relação aos serviços disponíveis nas áreas da saúde, educação e moradia. Diante dessas problemáticas, reuniões de mulheres são promovidas na década de 1990 e esses encontros representam um primeiro processo de articulação de mulheres indígenas residentes na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Nesse momento há o debate sobre as discriminações vivenciadas no contexto urbano e as circunstâncias

de trabalho que não asseguram os direitos trabalhistas. A avaliação dessas questões coloca em relevo a importância do associativismo e da produção de artesanato como alternativas que possibilitam a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida no espaço urbano.

A AMARN é constituída em 1987 e representa as mulheres de diferentes etnias da região do rio Negro situada no Noroeste Amazônico. A entidade é uma das primeiras organizações indígenas fundadas na região amazônica, contudo, como representativa de mulheres apresenta especificidades e visibilidade diferenciada. Os objetivos da entidade estão relacionados à promoção da produção artesanal e da formação profissional e política das mulheres, à denúncia das violências praticadas contra as mulheres e o fomento à participação das mulheres no movimento indígena. A AMISM, por sua vez, é instituída em 1995 e representa as mulheres Sateré Mawé originárias dos territórios localizados na região do médio rio Amazonas. Os objetivos da associação visam a promoção dos direitos indígenas, o enfrentamento às violências perpetradas contra as mulheres indígenas, o fomento às atividades de produção agrícola e artesanal e a formação das mulheres acerca de seus direitos.

Os desafios vivenciados nos centros urbanos, desse modo, cumprem um importante papel no processo de associativismo das mulheres indígenas e a instituição das associações possibilita o acionamento de uma *etnicidade estratégica* nesse contexto. As atividades desenvolvidas nas organizações (cursos, eventos) permitem a sociabilidade indígena na cidade, pois tornam possíveis formas de expressão na língua e na alimentação e a produção do artesanato. As organizações também funcionam como espaços para se lutar pelos direitos indígenas ao promover a formação técnica e política das mulheres e possibilitar a realização de intercâmbio entre mulheres de diferentes etnias para o debate sobre seus propósitos de luta e o fortalecimento dos processos de organização.

As iniciativas femininas de organização também são estimuladas pela participação no movimento indígena e nas primeiras manifes-

tações de associativismo na Amazônia Brasileira. A primeira coordenadora da AMARN relata suas ‘andanças’ com os líderes indígenas e a então coordenadora da AMISM descreve sua participação nas reuniões da AMARN e nos eventos da COIAB nos quais integra as mesas de discussão ao lado das lideranças do movimento indígena da Amazônia Brasileira. As representantes da AMARN e da AMISM, por sua vez, colaboram na organização do *I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira* que ocorre na cidade de Manaus em 2002, momento em que é instituído o Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB.

Os departamentos de mulheres indígenas da COIAB e da FOIRN são criados em 2002 com sedes localizadas, respectivamente, nos municípios de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira no estado do Amazonas. O DMIRN-FOIRN representa as associações de mulheres localizadas na região do rio Negro e tem como principais propósitos o protagonismo das mulheres no movimento indígena, o fortalecimento de seus processos de organização, a promoção dos direitos e das atividades produtivas das mulheres. O DMI-COIAB é a instância representativa das organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira e têm como objetivo principal a promoção da participação das mulheres nos diversos espaços de discussão de políticas. Os objetivos específicos fazem referência ao fortalecimento dos processos de organização, à formação em diversos temas (saúde, educação, direito, violência) e estímulo às iniciativas culturais, além de subsidiar as mulheres com documentos e encaminhar as denúncias de violência. Os encontros organizados pelo DMI-COIAB intensificam a articulação entre as mulheres e são ocasiões para a análise da participação política das mulheres e das problemáticas enfrentadas nos territórios indígenas e nos centros urbanos.

Os departamentos representam um número considerável de organizações e, desse modo, apresentam desafios comuns em relação à mobilização das mulheres e aos diálogos com as lideranças masculinas. O primeiro ponto diz respeito à difícil tarefa em articular mulheres

oriundas de distintas regiões e lugares remotos e, assim, fatores de ordem técnica (meios de transporte e de comunicação) podem dificultar os encontros e as possibilidades de estarem presentes nos espaços de discussão de políticas. O segundo desafio refere-se ao fato de que os departamentos estão inseridos em organizações cujos cargos diretivos são ocupados por homens, o que faz com que seja necessário negociar com esses representantes para se incluir as propostas das mulheres no planejamento das organizações. Decorrente desses fatores, a garantia de representatividade política torna-se uma importante reivindicação e somente a partir dos anos 2010 os cargos diretivos da COIAB e da FOIRN são preenchidos pelas mulheres: Almerinda Ramos de Lima, da etnia Tariano, é a primeira mulher a dirigir a FOIRN, eleita em 2012; Francinara Soares Baré, conhecida como Nara Baré, é a primeira mulher a assumir a diretoria da COIAB para atuar na gestão 2017-2021.

A articulação regional propiciada pelos departamentos possibilita novas experiências e aprendizados às mulheres e é permeado tanto por conquistas como desafios. Nesse processo, os diálogos com as lideranças masculinas passam a ser considerados exitosos e exemplificado pela deliberação da criação da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, a UMIAB, na *VIII Assembléia Geral Ordinária da COIAB*. A entidade é formalizada durante o *III Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira* em 2009 e um ano depois suas representantes se reúnem em Manaus com o propósito de avaliar o trabalho até então empreendido, definir os objetivos e planejar as próximas ações. Os desafios ao processo organizativo são analisados nesse momento em relação às possibilidades de moradia no espaço urbano por parte das representantes da entidade, às dificuldades em conciliar os trabalhos domésticos e a educação dos filhos com aqueles exigidos no campo político, aos problemas relativos à mobilização das mulheres e à divulgação do trabalho da instituição nos territórios indígenas. O evento ocorre nos dias anteriores à consulta aos povos indígenas da região Norte acerca do conteúdo da Política Nacional de Gestão

Territorial e Ambiental de Terras Indígenas/PNGATI (Decreto n. 7.747 de 05/06/2012), o que permite a única consulta realizada no país com a presença exclusiva de mulheres indígenas, as quais avaliam de modo positivo a possibilidade de se incorporar suas propostas na política.

Os distintos processos de organização mencionados permitem verificar que as problemáticas enfrentadas pelas mulheres indígenas nos territórios e nos espaços urbanos estimulam o associativismo como alternativa aos desafios apresentados e como viabilidade para se avançar na promoção dos direitos das mulheres. Os deslocamentos aos centros urbanos para o alcance de serviços e de trabalho podem ser impulsionados pelas condições territoriais e sociais nem sempre apropriadas e que impactam as diferentes esferas da organização indígena (política, saúde, educação, produção agrícola e artesanal). Desse modo, os efeitos dos processos históricos e de contato com a sociedade nacional e das políticas de desenvolvimento sobre os territórios e a organização indígena são fatores que impulsionam o associativismo de mulheres para reivindicar direitos, consolidar demandas e criar novas formas de interlocução com a sociedade nacional.

Os processos de organização na Amazônia Brasileira representam a busca pelo fortalecimento da participação política das mulheres indígenas. Os objetivos das organizações, como exposto, compreendem a promoção dos direitos dos povos indígenas e dos direitos das mulheres, a formação das mulheres (política, técnica e em diferentes áreas de conhecimento), a participação no movimento indígena amazônico e a garantia de representatividade feminina nas instâncias em que são discutidas as diferentes ações que afetam os povos indígenas. As mulheres indígenas organizadas, mesmo diante dos inúmeros desafios que enfrentam em seus processos de organização, mencionam os avanços incluídos no percurso como a ocorrência de diálogos fecundos com os líderes do movimento indígena e a maior participação nos espaços de discussão e implementação de políticas.

Líderes mulheres indígenas

A problemática da participação política, embora aqui compreendida a partir dos processos de organização de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira, é melhor apreendida se vinculada ao entendimento da atuação feminina em múltiplos contextos: espaços comunitários, organizações (inter-comunitárias, estaduais, regionais) e movimentos de mulheres indígenas nas esferas nacional e internacional. As líderes atuam a partir de diferentes posicionamentos: mães, profissionais de saúde e educação, acadêmicas e intelectuais e no exercício de diferentes cargos de representação política. As mulheres indígenas, conforme Sánchez Néstor (2012, 2017), falam a partir de suas famílias, comunidades, organizações, povos indígenas, nação e por elas mesmas.

A presença das mulheres nas lutas dos povos indígenas advém de longa data conforme atestam os relatos das líderes e as diferentes análises (Hernández Castillo 2001; Méndez Torres 2007; Sánchez Néstor 2012). Elas estiveram presentes nas mobilizações do movimento indígena pela defesa dos direitos territoriais e pela promoção de alternativas econômicas e de políticas de saúde e educação diferenciadas. Nesses eventos muitas vezes foram responsáveis pela logística, pelo preparo da alimentação e pelos cuidados com as crianças e com a saúde dos/as participantes. As mulheres “participam também quando os maridos são representantes, elas não estão presentes fisicamente, mas no preparo para os maridos”, como assinala a líder da região do rio Negro. A presença feminina em episódios importantes do movimento indígena é analisada pelas mulheres como uma atuação para ‘somar forças’, assim, não pode ser considerada como não-política. A participação nas mobilizações como companheiras dos líderes e dos diretores das organizações, conforme Méndez Torres (2007:36), acontece a partir dos posicionamentos femininos como mães, filhas e avós, ou seja, como parte fundamental de seus povos. O papel de acompanhamento ou de assistência nos encontros, como avalia Hernández Castillo (2001:208-9), embora pudesse excluir as mulheres das

decisões importantes e de uma participação política mais ativa, também possibilitou o compartilhamento de experiências entre mulheres de diferentes regiões.

Os discursos das líderes descrevem o papel fundamental que as mulheres desempenham na organização sociopolítica dos povos indígenas e a singularidade dessa atuação em múltiplos contextos. O posicionamento como mães preocupadas com as necessidades cotidianas e o bem-estar coletivo caracterizam a atuação das mulheres indígenas no espaço comunitário e no movimento indígena no estado de Roraima. O trabalho das mulheres, de acordo com a representante da OMIR, “é ver o que acontece nas comunidades, não é um trabalho individual, ela não pode decidir sozinha, o costume é trabalhar coletivo”. Desse modo, “ser líder é ser mãe” e “a OMIR nasceu para fortalecer a família” e as preocupações femininas com os filhos e o grupo doméstico são estendidas a outros espaços na medida em que, como lideranças, são “mães de todos, geram a vida e ensinam o caminho a ser percorrido”.

A ampliação dos espaços de representação política por parte das mulheres indígenas pode ser verificada pela nomeação como ‘cacicas’ em diferentes localidades e para os cargos de direção em organizações indígenas. A liderança pode ser conquistada no âmbito local através da realização de trabalhos comunitários e mediante a participação em grupos de mulheres e em atividades promovidas pelas organizações. O trabalho realizado nesses espaços permite o reconhecimento das iniciativas femininas e o desenvolvimento de habilidades políticas e de liderança, como confirmado na análise de Altamirano Guzmán (2017). O reconhecimento do trabalho das líderes depende das atividades que realizam e do apoio que conseguem obter e elas precisam ter a habilidade para negociar com as lideranças e membros da comunidade. O compromisso com as questões comunitárias, um requisito fundamental à atuação das líderes, pode ocorrer na forma de aconselhamento e através da capacidade em resolver as problemáticas coletivamente. A busca por alternativas aos desafios apresentados nas diversas áreas

e a superação de situações que não querem mais vivenciar, a nível individual ou coletivo, são fatores que possibilitam o apoio a outras mulheres em circunstâncias análogas. A prática política, desse modo, provoca uma alteração de consciência e evidencia temas complexos no interior dos grupos de que fazem parte, como é o caso da violência. As atividades efetuadas pelas mulheres, ao promoverem transformações nos espaços comunitários e em níveis mais amplos, portanto, contribuem para dissolver os estereótipos a elas associados e sua valorização como protagonistas no desenvolvimento comunitário.

Os fatores preponderantes encontrados nas trajetórias das representantes indígenas no Brasil, assim como os atributos desejáveis aos cargos de representação, corroboram aqueles encontrados nas trajetórias das líderes e intelectuais indígenas no Equador: a eloquência das líderes, o apoio recebido dos pais e esposos, o fato de pertencerem a famílias com trajetórias políticas, a participação nas atividades do movimento indígena, o acesso à educação (Prieto 1998, Prieto *et al.* 2005). As mulheres da parentela também exercem influência nas trajetórias das líderes, pois o acompanhamento das atividades das mulheres (líderes, agentes de saúde, professoras) nas comunidades e em diferentes espaços estimulam novas perspectivas e elas passam a ser ‘exemplos’ a serem seguidos como sinalizam as análises (Schild 2016; Arantes 2020; Silva 2021). A preocupação com o tema de gênero, por outro lado, pode acontecer pela participação em grupos de mulheres ou quando realizam certo trabalho como agente comunitária, profissional de saúde ou de educação e tem a oportunidade de ouvir as narrativas femininas sobre os desafios que vivenciam no cotidiano. Valéria Paye Pereira, uma das coordenadoras na segunda gestão do DMI-COIAB, em uma entrevista concedida (Sacchi & Gramkow 2012) elucida como o trabalho que desenvolveu na área da saúde em seu povo de origem possibilitou um ouvido atento às necessidades das mulheres. Tais ocasiões marcam uma mudança e o reconhecimento das questões particulares das mulheres e, por outro lado, participar das atividades de uma organização permite intercâmbios com mulhe-

res de diferentes povos indígenas para o conhecimento de outras realidades e reflexão sobre os processos de organização.

O fato de as mulheres passarem a ocupar novos posicionamentos, no entanto, envolve desafios e elas têm assinalado o aumento de suas responsabilidades, pois além do trabalho que desenvolvem como líderes e nas organizações, continuam encarregadas da maior parte das tarefas domésticas. Além disso, a família pode reclamar sua ausência devido ao trabalho como liderança e, nesse sentido, as mulheres têm elaborado estratégias para romper com a desconfiança masculina, como o convite estendido aos homens para que participem das reuniões. Diversas líderes afirmam a preferência pelo diálogo e não o confronto com as lideranças masculinas, assim, ocupar espaços políticos e atuar como representante de seus povos não demarca uma disputa com as autoridades masculinas, mas objetiva fortalecer a luta ‘ao lado dos companheiros homens’. A participação no campo da política também demanda determinadas responsabilidades e exigências como às demais mulheres quando participam desses espaços e há requisitos específicos relativos às mulheres dos grupos étnicos. Além do desafio em conciliar diferentes trabalhos (no espaço doméstico, na organização e no movimento indígena), dificuldades particulares são enfrentadas pelas mulheres indígenas: a mobilização de mulheres provenientes de diferentes realidades socioculturais e de regiões remotas, a moradia nos centros urbanos (locais das sedes das organizações), o domínio dos códigos e da linguagem política da sociedade não indígena, a burocracia envolvida na administração das organizações, as complexas parcerias de trabalho estabelecidas com as lideranças do movimento indígena e representantes institucionais e da sociedade civil.

Diante desses desafios, e objetivando a participação qualificada nos diferentes contextos, são estabelecidos determinados requisitos para a eleição de mulheres como dirigentes de organizações e para ocupar cargos diversos. O trabalho nas organizações abrange o compromisso com a agenda do movimento indígena, a possibilidade de

conciliar diferentes tarefas (como mães e lideranças), a disponibilidade para os deslocamentos e/ou a moradia nos centros urbanos para participar de encontros e de reuniões, a fluência na língua e na escrita portuguesas e o domínio da legislação indigenista e do campo dos direitos humanos e das mulheres. A experiência de boa parte das líderes e coordenadoras de organizações inclui a mobilidade aos espaços urbanos para obter formação e trabalho e lutar por direitos e, em menor grau, determinadas mulheres têm optado por não contrair matrimônio e/ou exercer a maternidade, ou adiar esses processos em suas vidas, para que se possa ampliar a disponibilidade para o trabalho na política. Velásquez Cruz (2008:61), por exemplo, assinala, a partir de sua experiência, o fato de que as mulheres indígenas que decidem estudar e ocupar postos públicos estão solteiras ou separadas e não têm filhos ou postergam o casamento e a maternidade para que possam se dedicar aos estudos e à atividade profissional, semelhante ao relato que ouvi de uma representante indígena no Brasil.

A liderança, conforme exposto, é construída através do trabalho cotidiano, da formação e da profissionalização das mulheres em diferentes áreas de conhecimento e sua atuação de modo responsável e sensível às necessidades coletivas. A designação de uma representante é resultado de suas habilidades em representar os interesses das mulheres, ter comprometimento com as questões comunitárias e as lutas dos povos indígenas, de sua capacidade em articular e aconselhar, dominar os códigos da política não indígena para promover as demandas das mulheres e debater as políticas nos diferentes níveis de representação. O êxito no desempenho de diferentes atividades promove o prestígio e o reconhecimento por parte da comunidade e das autoridades indígenas. Atuar como liderança, no entanto, não é uma tarefa simples e pode ser alvo de julgamentos e críticas (por parte da família, comunidade, outras lideranças) e seu desempenho envolve sacrifícios pessoais como a realização de trabalhos voluntários, a ampliação das responsabilidades e o afastamento da família para atuar nas atividades da organização.

A agenda das mulheres indígenas

Os processos de organização de mulheres indígenas na Amazônia Legal e os posicionamentos como lideranças comunitárias expressam a diversidade das trajetórias das líderes e de suas formas de atuar na política. Esse dinamismo pode ser verificado desde as reuniões realizadas na cidade de Brasília e na capital do Amazonas a partir da década de 1990, seguidas pelas articulações regionais e os eventos nacionais que ocorrem a partir dos anos 2000³ e a mobilização no Acampamento Terra Livre/ATL que organiza o *I Fórum e I Marcha das Mulheres Indígenas*, realizado em Brasília em 2019. Os primeiros eventos nacionais estimulam o intercâmbio de experiências entre mulheres indígenas e colocam em cena a questão da representatividade. O debate nessas ocasiões faz referência às dificuldades relativas à representação nacional por causa dos desafios em mobilizar mulheres provenientes de realidades diferenciadas. Os encontros de mulheres indígenas, além de demonstrar os desafios enfrentados na gestão das associações e os dilemas de comunicação entre as mulheres, também permitem a socialização dos avanços obtidos em relação aos processos de organização e proporcionam uma rica e sistemática documentação referente aos temas primordiais de luta e às propostas de políticas das mulheres indígenas.

Os propósitos formulados desde o *I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira* dizem respeito tanto ao fortalecimento das pautas do movimento indígena nas diferentes áreas de políticas (territorial, ambiental, cultural, saúde, educação) como à garantia dos direitos específicos das mulheres. Os eventos possibilitam a discussão sobre os efeitos das políticas nos territórios e na organização indígena e a proposição de medidas de enfrentamento às violações aos direitos indígenas e aos direitos das mulheres. Nesses espaços afirma-se o desconhecimento por parte dos gestores não indígenas das problemáticas que atingem as mulheres e se há escassa informação sobre as diferentes realidades não são promovidas políticas específicas para o enfrentamento dessas questões. Desse modo, assinala-se a importância da

consulta às mulheres, pois o debate com as mulheres propicia um quadro das principais problemáticas enfrentadas pelos povos indígenas já que as pautas das organizações de mulheres indígenas incluem as demandas coletivas, embora contenham especificidades como esse texto pretende demonstrar.

Os contextos em que vivem as mulheres indígenas são diferenciados em termos de disponibilidade de terra e de recursos naturais e em relação às características do contato com a sociedade não indígena. No entanto, a agenda das organizações de mulheres indígenas evidencia o fato de que, apesar da diversidade étnica e das distintas realidades, há desafios comuns e processos similares de luta. Os desafios fazem referência à qualidade dos serviços (saneamento, saúde, educação) e às condições de moradia, à infraestrutura para o trabalho e meios de produção que possam gerar renda, ao acesso à soberania alimentar e ao enfrentamento às violências. Os desafios aos processos de organização, como mencionado, são relativos à disponibilidade para o trabalho e a moradia no espaço urbano por parte de suas representantes, à tarefa considerável de mobilização de mulheres e às negociações estabelecidas com as lideranças masculinas e representantes institucionais para a inserção das demandas das mulheres indígenas nas diversas agendas. Os eixos de luta convergem quanto à promoção dos direitos territoriais, de políticas de atenção à saúde e de educação diferenciadas, de medidas de enfrentamento às violências e ao uso abusivo do álcool e da participação das mulheres nos assuntos que dizem respeito aos povos indígenas.

A especificidade das pautas femininas relaciona-se aos posicionamentos assumidos pelas mulheres como mães preocupadas com a qualidade de vida e o futuro das novas gerações e com o fortalecimento das lutas indígenas, por isto a defesa em nome dos direitos coletivos. Os desafios enfrentados no cumprimento de responsabilidades diversas (como mães, líderes nas comunidades, representantes nas organizações), por sua vez, são fatos que tornam fundamentais a valorização dos saberes e do trabalho das mulheres na transmis-

são da cultura, na gestão dos recursos dos territórios indígenas (e seu uso na medicina, na alimentação e na produção artesanal) e como articuladoras e multiplicadoras das ações em diferentes espaços. Desse modo, as representantes indígenas, ao assinalarem o papel fundamental que cumprem na promoção dos direitos indígenas, sustentam tanto o compromisso com as pautas do movimento indígena como ressaltam as particularidades relativas aos direitos das mulheres. Nesse propósito, as líderes enfatizam os pressupostos da ‘união’ entre mulheres e da ‘força’ de suas vozes para transformar determinadas realidades e reivindicar ações ao poder público, além da demanda pela inclusão dos homens e das novas gerações nos debates sobre as diferentes temáticas.

A agenda das mulheres organizadas diz respeito às problemáticas vivenciadas nos territórios indígenas e nos espaços urbanos e aos desafios apresentados no gerenciamento das associações de que fazem parte. As questões ambientais, territoriais e socioculturais são analisadas a partir dos impactos das ações e das políticas sobre os territórios indígenas e que afetam gravemente a saúde e a alimentação, os processos educativos, a produção agrícola e artesanal, a organização política e as relações comunitárias, familiares e entre homens e mulheres. A imposição de economias extrativistas e os megaprojetos de infraestrutura prejudicam a realização das tarefas cotidianas e a harmonia comunitária pode ser interrompida devido aos conflitos sociais e armados existentes em determinadas localidades. O agravamento das circunstâncias de violência nas fronteiras dos territórios indígenas, por exemplo, restringe o trânsito pelo território e há casos graves de violências perpetrados contra meninas/os e mulheres, conforme afirmam as representantes da região amazônica.

O propósito das organizações de mulheres indígenas é oferecer alternativas às diferentes problemáticas através do acesso aos dispositivos legais para o enfrentamento às violações perpetradas contra os direitos indígenas e pela garantia dos direitos territoriais e de programas que respondam à escassez dos recursos naturais e possibilitem a

realização das atividades de produção e de reprodução. Os objetivos das organizações, desse modo, fazem alusão à promoção dos direitos das mulheres e sua formação em diferentes áreas de conhecimento, à promoção da cultura, ao fomento à infraestrutura para o trabalho e à comercialização da produção (artesanal, agrícola), às políticas de atenção à saúde e de educação diferenciadas, ao enfrentamento à violência e ao uso abusivo de álcool para uma vida livre de violência e a construção de relações harmônicas entre homens e mulheres. A promoção dos direitos, portanto, é formulada a partir de uma ampla agenda que articula uma agenda própria às demandas dos povos indígenas nas diversas áreas de política.

A promoção e a proteção da cultura é um aspecto intrínseco das reivindicações relativas à produção das atividades agrícolas e do artesanato, à soberania alimentar e ao enfrentamento à violência e aos processos de alcoolização. A política de atenção à saúde está relacionada às preocupações nas demais áreas de políticas como à regularização fundiária das terras indígenas, às mudanças climáticas e aos serviços diferenciados de atenção à saúde que considerem os saberes das mulheres, sua formação e incorporação nas equipes de saúde. A violência de gênero e o uso abusivo de álcool são analisados a partir da comparação entre os modos de vida ‘tradicional’ e o atual e, diante do agravamento das circunstâncias de violências, afirma-se a necessidade da atuação das mulheres na prevenção e no combate à violência e o atendimento especializado quando se recorrer à justiça não indígena. As propostas resultantes dos seminários promovidos pelo órgão indigenista brasileiro para a discussão da problemática da violência, no período 2008-2010, fazem referência à resolução dos conflitos principalmente através dos mecanismos internos de justiça e à realização de debates que incorporem os homens e as diferentes gerações. O entendimento é que a harmonia das relações comunitárias e das relações entre homens e mulheres somente pode ocorrer através da atuação de toda a comunidade e de acordo com os modos próprios de se resolver as diferentes questões.

As mulheres indígenas organizadas igualmente problematizam a questão da representatividade nos diferentes espaços e as parcerias de trabalho estabelecidas com o movimento de mulheres/feminista, o órgão indigenista, os organismos não governamentais e da cooperação internacional. Nesse aspecto, é fundamental a garantia da participação das mulheres indígenas em todas as instâncias de discussão e de implementação de políticas, o acesso à informação e o fomento aos processos de mobilização de mulheres para que possam socializar os conhecimentos obtidos, debater temas de interesse e elaborar estratégias de ação para solucionar as problemáticas enfrentadas em diversos âmbitos. O apoio às organizações e às atividades das mulheres indígenas é reivindicado através da realização de cursos de formação em técnicas de qualificação dos produtos para o mercado e em diversos temas como saúde reprodutiva, violência, direitos, gestão organizacional.

A agenda das mulheres indígenas no Brasil e os eixos primordiais de suas lutas são apresentados durante a realização do *I Fórum e I Marcha das Mulheres Indígenas: Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito* em 2019, momento em que há um posicionamento contrário às violações aos corpos, aos espíritos e aos territórios indígenas. O documento final do evento afirma a defesa da diversidade e inclui questões consideradas prioritárias acerca dos direitos indígenas e dos direitos das mulheres nas diversas áreas de política: territorial, saúde, educação, justiça, participação política das mulheres. O combate à discriminação, ao racismo e ao machismo é proposto mediante uma política indigenista que fomente e garanta os direitos indígenas, uma legislação específica para o enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas, o empoderamento das mulheres por meio da sensibilização e da formação em direitos, a valorização dos saberes indígenas, o fim da violência contra as lideranças e os povos indígenas, o fortalecimento do movimento indígena, a incorporação dos enfoques de gênero e geracional nas políticas e a construção de alianças com as mulheres de diferentes segmentos da sociedade.

A participação das novas gerações nos processos de organização política é também uma demanda compartilhada pelas mulheres indígenas no Brasil e no âmbito internacional. A formação de novas lideranças pode acontecer através da colaboração entre mulheres de diferentes gerações para o repasse de experiências e o incentivo à participação política. As líderes têm como responsabilidade ocupar os diferentes espaços de discussão de políticas para, desse modo, dialogar e estabelecer alianças estratégicas para que as pautas das mulheres indígenas integrem as agendas institucionais. Os agentes institucionais, por outro lado, necessitam reconhecer a diversidade de mulheres indígenas, respeitar seus saberes e modos de se organizar e incorporar os enfoques de gênero e étnico nas políticas, assim como é importante a inclusão da perspectiva geracional e o fomento às políticas destinadas à população indígena que reside nos centros urbanos.

Os documentos provenientes de diferentes eventos e de processos de consulta às mulheres indígenas, diante do exposto, demonstram que as problemáticas nas diversas áreas de políticas (cultura, saúde, educação, terra, meio ambiente, economia) dizem respeito à qualidade de vida dos povos indígenas e a problemática de gênero está associada a essas questões. As propostas das mulheres indígenas decorrentes dos seminários promovidos pelo órgão indigenista, por exemplo, evidenciam que as ações e as estratégias para o enfrentamento às circunstâncias de violência e aos processos de alcoolização objetivam a valorização dos saberes indígenas e dos/as detentores/as desses saberes, a convivência harmônica e de respeito entre membros da comunidade, o equilíbrio das relações entre homens e mulheres e a participação dos homens e das novas gerações nos debates. Gênero, portanto, está incluído nas propostas das mulheres indígenas em nome do coletivo como também assinala Segato (2002). A representação das mulheres como coletivo indígena, por sua vez, tem como consequência a delimitação das diferenças em relação à sociedade não indígena, demonstradas através de discursos, *performances* e propostas de políticas específicas.

Feminismo da diversidade

As mulheres indígenas apresentam uma diversidade de discursos, visões alternativas e formas inovadoras de participação política. A atuação em cargos de direção nas organizações, a participação em processos de consulta e como integrantes de comitês de discussão de políticas, a entrada nas universidades e a articulação em redes nacionais e internacionais, entre outros fenômenos, demonstram o cumprimento do objetivo das organizações instituídas a partir dos anos 1990 em relação à apropriação dos diferentes espaços. As organizações de mulheres indígenas, ainda que enfrentem barreiras em relação aos propósitos de visibilidade de suas demandas e do reconhecimento das particularidades dos direitos das mulheres indígenas, devem ser consideradas como espaços de produção de significados, como propõe Hernández Castillo (2008b). As mulheres organizadas, cientes do fato de que as parcerias de trabalho estabelecidas com diferentes entidades ocorrem em um campo permeado por assimetrias (entre o ‘conhecimento autorizado’ e ‘outros saberes’), ‘traduzem’ o conhecimento não indígena e o empregam criticamente de acordo com suas perspectivas. Tratar das temáticas relativas às mulheres dos povos indígenas, portanto, é expor as diferenças entre os movimentos de mulheres e os feminismos, as universidades e os centros de pesquisa, os organismos estatais e não governamentais.

A questão de gênero esteve por muito tempo ausente da agenda do movimento indígena e do indigenismo⁴, assim como a questão étnica não foi inicialmente problematizada pelo movimento de mulheres/feminista. A participação das mulheres indígenas em comitês consultores e demais espaços de discussão de políticas têm possibilitado a avaliação crítica e a denúncia dos impactos provocados pelos programas de desenvolvimento e o questionamento dos pressupostos do projeto ocidental e suas concepções de progresso e de desenvolvimento tecnológico. Nesses espaços são contestadas as noções genéricas dos discursos dos direitos (humanos, de mulheres), as ações das políticas estatais que impactam os territórios indígenas e as formas particulares

de violências que atingem as mulheres. Na ocasião da *IV Conferência Mundial sobre a Mulher* realizada em Beijing no ano de 1995, por exemplo, as mulheres indígenas denunciam a invisibilidade das atividades não econômicas que realizam, a primazia do saber ocidental nas políticas de saúde e de educação que perpetuam a discriminação e o fato de que a Plataforma de Ação ignora os impactos das políticas de desenvolvimento sobre suas realidades.

A agenda das organizações de mulheres indígenas, ao evidenciar a interdependência entre os interesses das mulheres e dos povos indígenas, uma agenda própria articulada às pautas do movimento indígena, pode originar desencontros com o feminismo (Hernández Castillo 2003, 2017; Lorente 2005; Prieto *et al.* 2005). As demandas das mulheres indígenas, embora revelem afinidades com determinadas propostas do movimento de mulheres e do feminismo, são formuladas a partir de construções particulares de feminilidade e de masculinidade e de interpretações distintas sobre sistemas de saúde, educação e justiça, além dos contextos específicos em que ocorrem as violências. As propostas do *Foro Internacional de Mujeres Indígenas/FIMI* (2006) para o combate à violência contra as mulheres indígenas, por exemplo, evidenciam a importância da interrelação entre os direitos dos povos indígenas, os direitos humanos e os direitos humanos das mulheres. Os direitos indígenas são propostos como coletivos e formulados como centrais aos direitos humanos e às estratégias anti-violência. Essas premissas assinalam o fato de que os princípios individuais dos direitos humanos e a igualdade de gênero proposta pelo ‘feminismo tradicional’ reduz as mulheres a indivíduos e sujeitos definidos somente pelo gênero, uma perspectiva que exclui outras identidades das mulheres e as formas particulares que vivenciam as violências. Tais fatores apontam para a importância do enfoque sobre o contexto de violações perpetradas desde a colonização, os efeitos das economias neoliberais sobre os territórios e a organização social indígenas e as discriminações particulares enfrentadas pela população indígena no interior dos estados-nações.

Os processos históricos e as políticas de desenvolvimento do Estado e do modelo neoliberal, ao impactar os territórios e a organização política indígena, devem ser vistos como violações à autonomia e aos direitos dos povos indígenas: os projetos de desenvolvimento e a agricultura intensiva deterioram a terra para o plantio e contaminam as águas, conflitos armados podem ocorrer em processos de retomada de terra e discriminações são vivenciadas no contexto urbano. Além disso, podem repercutir em violências específicas contra as mulheres desses povos como quando um contingente masculino (militares, pelotões, invasores) se instala em faixas de fronteira e limites territoriais. Tais fatos fazem com que as mulheres organizadas tragam para o debate, de modo simultâneo, os efeitos nocivos dos projetos de desenvolvimento econômico da política neoliberal, as violências que vão contra os direitos das mulheres, as noções genéricas dos direitos humanos e o fato de que a denominada ‘igualdade de gênero’ deve incluir os temas centrais que as indígenas reivindicam como coletivo, como os relativos aos direitos territoriais.

Os discursos e as narrativas das líderes indígenas no Brasil têm demonstrado que há uma diversidade de posicionamentos em relação ao feminismo, embora em sua maioria não se identifiquem como feministas. Assim, determinadas mulheres acentuam as diferenças entre os propósitos dos movimentos de mulheres, outras afirmam desconhecer os princípios do feminismo e há aquelas que se declaram feministas e incorporam as categorias do campo do gênero em seus discursos. Em todos os casos, não há uma renúncia ao pertencimento étnico, ao contrário, existe uma afirmação dos pressupostos das lutas do movimento indígena. As pesquisas têm evidenciado o fato de que o feminismo não é uma linguagem universal para expressar os interesses das mulheres e lutar pelos direitos das mulheres não necessariamente envolve a reivindicação do feminismo como bandeira de luta por parte das mulheres indígenas que buscam novas linguagens no combate às desigualdades (Prieto *et al.* 2005; Sánchez Néstor 2005b; Méndez Torres 2007). Explicitar a existência de um feminismo

indígena é fruto de uma análise externa, conforme afirma Sánchez Néstor (2005b), pois o feminismo não é um tema relevante no interior das lutas indígenas e, embora algumas mulheres possam se definir individualmente como feministas, no espaço coletivo-organizativo isto não ocorre. As dinâmicas particulares das mulheres indígenas, para a autora, devem ser respeitadas e são elas quem devem analisar o que é o feminismo, criar os próprios conceitos, definir as características de suas lutas e continuar fomentando as alianças de modo formalizado e permanente com as feministas.

Os discursos do movimento internacional de mulheres indígenas incorporam os pressupostos do *buen vivir* e o sentido de comunidade, a complementaridade entre homens e mulheres e uma cosmovisão que integra o ser humano, o cosmos e a natureza. O que se propõe é a defesa da terra como mãe e território, pois o respeito à ‘mãe terra’ é a defesa da vida, o respeito aos seres humanos e não humanos, parte integral do território⁵. Os relatos das líderes indígenas e os documentos procedentes dos diversos fóruns igualmente enfatizam o vínculo entre mulher, mãe e natureza e a representação das mulheres como guardiãs e transmissoras da cultura. A valorização do papel das mulheres como reprodutoras da cultura, embora possa estar associada às discriminações e às representações por parte da população nacional como ‘próximas da natureza’, pode ser utilizada de modo estratégico pelas mulheres indígenas (Prieto *et al.* 2005), pois permite dar visibilidade às mulheres e às responsabilidades que cumprem nos diversos contextos.

As demandas pela complementaridade entre homens e mulheres e o ‘bem viver’ nos territórios indígenas não se reduzem aos princípios da igualdade de gênero, mas às relações harmônicas entre homens e mulheres e a ‘mãe terra’. O enfrentamento à violência, por exemplo, não está fundamentado no princípio da desigualdade, mas no discurso da complementaridade entre homens e mulheres como um ideal a ser alcançado e pressuposto para a defesa do território. Desse modo, a complementaridade almejada é não somente entre homens

e mulheres, mas entre seres humanos e o entorno (Hernández Castillo 2017:38-9). As mulheres participantes dos seminários para a discussão da temática da violência promovidos pelo órgão indigenista brasileiro analisam o agravamento das circunstâncias de violência como resultante de fenômenos exteriores e com graves incidências internas. As propostas para a resolução dos conflitos, por sua vez, são reivindicadas através do exercício de mecanismos internos de justiça, objetivando o equilíbrio das relações entre homens e mulheres e entre as diferentes gerações.

As formulações propostas pelas organizações de mulheres indígenas, portanto, ao se contraporem àquelas do individualismo e do modelo de desenvolvimento ocidental, apresentam desafios éticos, políticos e epistemológicos. Um diálogo efetivo com as mulheres indígenas somente ocorrerá se as instituições que tratam das questões indígenas e das mulheres integrarem a defesa da terra como central em suas agendas e a diversidade seja de fato incorporada nas ações, nos programas e nas políticas. Diante da pluralidade de mulheres, é igualmente necessária uma análise da aplicabilidade de categorias construídas como universais (gênero, igualdade, empoderamento) em contextos diversos. A possibilidade de um feminismo da diversidade, conforme Hernández Castillo (2003), pode ser produzida a partir da historicidade das categorias de gênero (para evitar o feminismo universal) e de cultura (para evitar o essencialismo cultural). Além disso, considerar a inter-relação entre as lutas locais e os processos globais de dominação capitalista, pois reconhecer essas conexões permite a construção de articulações e de redes de solidariedade entre mulheres (Hernández Castillo 2008a). O reconhecimento e a historicidade das diferenças possibilitam repensar as estratégias globais a partir de uma política de alianças que recupera a diversidade de mulheres e enriquece os projetos políticos feministas (Hernández Castillo 2003). Tais perspectivas vão de encontro às palavras de Rivera Zea (2021) em que declara que o mais importante não é a identificação ao feminismo, mas a possibilidade de se estabelecer

alianças com os movimentos de mulheres para o enfrentamento de todas as formas de discriminação e injustiças.

União, luta, força e resistência

O acesso ao campo político é uma das formas pelas quais as mulheres indígenas atuam para a promoção dos direitos e a incorporação da agenda de gênero nas ações dirigidas aos povos indígenas. A entrada no campo político, como exposto, pode ser realizada a partir do posicionamento das mulheres como participantes ativas nos assuntos comunitários e essa participação vai além do exercício de cargos de representação em âmbito local, ampliando-se às organizações indígenas e outros nas esferas nacionais e internacionais. A atuação como líderes e como representantes de organizações objetiva a participação das mulheres nas esferas deliberativas e de consulta tanto nas organizações indígenas como nas instâncias que formulam e implementam as políticas. A presença nos espaços de discussão de políticas com a sociedade não indígena permite que se possa lutar contra os estereótipos que recaem sobre as mulheres indígenas, apresentar propostas para se contrapor à discriminação étnica e à desigualdade de gênero e evidenciar as particularidades em relação aos contextos em que ocorrem as violações aos direitos.

O trabalho como líderes e nas organizações transforma os posicionamentos de gênero e as diversas realidades em que as mulheres atuam. As mulheres indígenas, conforme Sánchez Néstor (2005a), não são somente transmissoras da cultura, mas vozes das culturas e, se as políticas são globais, participam desse mundo para fortalecer o próprio e entender os conceitos para que possam traduzir de acordo com a cosmovisão indígena, pois a forma e os tempos em que se aplicam são distintos e as mulheres indígenas os tem abordado a partir dos posicionamentos enquanto mulheres pertencentes a diferentes grupos étnicos. Exercer o trabalho de líder é ter voz nos diferentes espaços, atuar através do diálogo para apresentar as propostas das mulheres indígenas, organizar-se em nome do coletivo, buscar formação e for-

talecimento das lideranças, promover a articulação entre mulheres e estabelecer alianças com diferentes instituições e com os movimentos de mulheres/feministas (Sánchez Néstor 2017).

A participação em espaços organizativos é descrita por Sánchez Néstor (2012) como um ‘caminhar’ constituído por conquistas pessoais e coletivas e por habilidades adquiridas ao longo do processo e a partir de diferentes experiências, um percurso onde há pensamentos próprios cruzados com outros conhecimentos e vozes. A formação política das mulheres é possibilitada nesse caminhar em que atuam em uma multiplicidade de espaços e com interlocutores diversos: mulheres de diferentes povos indígenas, lideranças do movimento indígena, representantes de diferentes instituições e mulheres de outros movimentos sociais. Os intercâmbios entre mulheres indígenas, por exemplo, possibilitam a solidariedade às lutas de mulheres provenientes de diferentes contextos, a articulação em redes, o debate sobre as problemáticas comuns e a elaboração de estratégias de ação para solucionar as diversas questões e o fortalecimento da luta pela representatividade e legitimidade das mulheres, além de demonstrar o desafio em articular mulheres de distintas realidades. O processo de organização política de mulheres indígenas, portanto, compreende uma luta complexa, um caminho em que há aprendizados, conquistas de espaços, articulação entre mulheres, fluxo de informações sobre direitos, visibilidade das vozes femininas nas instâncias de justiça e na interlocução com o Estado, o sistema das Nações Unidas e a cooperação internacional.

As organizações de mulheres indígenas objetivam promover os direitos das mulheres, o fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e a interlocução com a sociedade não indígena. Na luta por direitos há tanto a demanda pela justiça indígena como a efetivação da legislação nas esferas nacionais e dos dispositivos internacionais relativos aos direitos indígenas e aos direitos das mulheres. As mulheres indígenas organizadas trazem para o debate a diversidade de cenários em que acontece a violação a esses direitos, propondo novas formulações ao

indigenismo e ao movimento de mulheres/feminista e a incorporação nas diversas agendas das questões étnicas ao lado das problemáticas de gênero, além do enfoque geracional por causa da preocupação com o futuro dos povos indígenas. A promoção de políticas direcionadas à população indígena que vive nos centros urbanos também é um discurso recorrente entre as representantes indígenas. As cidades de Boa Vista no estado de Roraima, São Gabriel da Cachoeira e Manaus no estado do Amazonas, são localidades com grande contingente indígena e onde estão situadas as sedes das organizações e departamentos de mulheres indígenas aqui referenciados.

As propostas de políticas em nome do coletivo assumem as expressões do movimento indígena pela promoção e proteção dos direitos e pela erradicação das discriminações. A promoção dos direitos coletivos e dos direitos das mulheres fazem parte do mesmo processo, pois tanto os homens como as mulheres estão inseridos em contextos de violações que repercutem no bem viver comunitário. O contexto local/comunitário está interligado ao contexto mais amplo de violações aos direitos indígenas, o que não quer dizer que não há conflitos internos, mas o modo como ocorrem na atualidade é resultado das violações estruturais que impactam gravemente a vida das mulheres e os modos de se resolver internamente as questões de justiça. As violências têm sido perpetradas de modo contundente e há formas particulares de desrespeito às mulheres, por isto a importância de se recuperar os espaços femininos.

O discurso em nome dos povos indígenas e da luta conjunta, além de evidenciar a aliança com o movimento indígena, manifesta uma visão diversa de política e novas formas de conceber a liderança, assim como propõe epistemologias específicas. O entendimento é de que há questões particulares relativas às mulheres indígenas ainda não consideradas de modo efetivo nas pautas do movimento indígena, da política indigenista e dos movimentos de mulheres/feminista. A temática da violência exemplifica esse fato, pois tanto há ‘costumes’ que desrespeitam as mulheres como a proposta pela igualdade

de gênero simplifica um processo complexo em que se deve incluir como questão principal a defesa da terra, pois sem ela as práticas e os saberes indígenas estão ameaçados, assim como a segurança das mulheres. A defesa da terra, a crítica aos modelos de desenvolvimento e as denúncias às diversas formas de injustiça devem ser a base para a promoção dos direitos das mulheres indígenas. As políticas de desenvolvimento neoliberais, como enfatizado pelas líderes, têm como resultado inúmeros prejuízos à ‘mãe terra’ com graves impactos na organização indígena, uma vez que ocasionam problemas de saúde e de insegurança alimentar, impossibilita a continuidade dos processos culturais e enfraquecem os processos educacionais indígenas e seus sistemas de justiça. A preservação dos recursos naturais e a defesa dos territórios, desse modo, tornam-se primordiais, pois sem a terra não há possibilidade de reprodução em todos os aspectos (físico, cultural, espiritual) e a violação à terra é também à violação aos ‘corpos-territórios’ das mulheres indígenas.

As pautas relativas à promoção dos direitos territoriais e o enfrentamento às violações aos direitos dos povos indígenas são demandas compartilhadas na arena política, pois, apesar das diferenças entre mulheres, as problemáticas são analisadas a partir dos impactos das políticas sobre os territórios e a organização indígena. Desse modo, há tanto a defesa da autonomia indígena como o questionamento de diferentes ações. Essa dinâmica, tanto interna como externa, tem feito com que as líderes aperfeiçoem suas agendas e seus discursos para uma interlocução qualificada com os líderes indígenas, representantes institucionais e movimentos de mulheres/feministas. As formas de participação política das mulheres indígenas, as alianças que estabelecem com as diversas instituições e os movimentos sociais, os discursos proferidos e as propostas formuladas, portanto, vão sendo reconstruídos ao longo do percurso organizativo, assim como a realidade vivenciada nos contextos urbanos e nos territórios indígenas é constantemente modificada de acordo com a conjuntura de cada período e o amadurecimento dos processos de organização.

As mulheres indígenas organizadas analisam o lugar das mulheres na luta dos povos indígenas e formulam reivindicações de políticas específicas. A meta é conciliar a autonomia e os compromissos políticos da agenda das mulheres indígenas com as alianças externas e tal propósito pode ser possibilitado pela ‘união’ entre mulheres em defesa dos direitos coletivos. Além da ‘união’, a ‘força’ é requisito fundamental à participação no campo da política, pois é um caminho repleto de desafios e o discurso de ‘resistência’ revela a ‘luta’ de longa data, desde a colonização das Américas. Finalizo com as palavras de Rivera Zea (2021) que sintetizam e corroboram o exposto em relação aos objetivos e aos desafios aos processos de organização política das mulheres indígenas. Para a autora, a luta das mulheres indígenas é pela erradicação de todas as formas de violência, racismos e desigualdades e pela recuperação do equilíbrio de que falavam os anciões e as anciãs: entre homens e mulheres, inter-geracional e entre o humano e a natureza. O alcance dessas metas é possibilitado quando as mulheres indígenas ocupam os espaços de decisão, unidas e articuladas para continuarem resistindo e terem êxito em seus objetivos de luta. As mulheres indígenas exigem ser tratadas com respeito em relação aos saberes de que são detentoras e que suas propostas possam ser incluídas nas diversas agendas.

Notas:

¹ A Amazônia Brasileira denominada Amazônia Legal (Lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953) compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

² Utilizo a expressão ‘processos de alcoolização’ para se contrapor ao conceito de alcoolismo como doença com manifestações e causas universais e, desse modo, considerar as dinâmicas histórico-políticas e os múltiplos fatores que determinam a alcoolização (Langdon 2013). Tal entendimento condiz com as propostas das mulheres indígenas quando buscam solucionar a problemática do uso abusivo de álcool através da construção de formas *coletivas* de bem-estar social e não por meio de atividades orientadas à questão da síndrome de dependência dos *indivíduos*.

³ O órgão indigenista brasileiro promove a *Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas* em 2002, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas/CONAMI organiza a *Conferência Nacional*

de *Mulheres Indígenas* nos dias anteriores à I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2004 e o Departamento de Mulheres Indígenas da COIAB promove o Encontro Nacional de Mulheres Indígenas em 2006, todos realizados em Brasília/DF.

⁴ Recentemente duas das organizações indigenistas brasileiras constituídas na década de 1970 abordam temáticas relativas ao universo das mulheres indígenas: em 2020 a Operação Amazônia Nativa/OPAN realiza o *Seminário Mulheres Indígenas: lutas, protagonismo e autonomia* na cidade de Cuiabá e em 2021 a Associação Nacional de Ação Indigenista/ANAI organiza o *Ciclo de Debates: Feminismos e seus diversos aspectos* como parte do curso de formação com as mulheres indígenas do Nordeste do Projeto *Cunhataí Iknã*.

⁵ Ver Hernández Castillo (2017) sobre os princípios da *comunalidad* e do *buen vivir* que fundamentam a defesa da ‘mãe terra’ e dos direitos coletivos. O conceito de ‘território-corpo-terra’, por sua vez, é proposto por Cabnal (2010) como a luta pela erradicação da violência contra as mulheres e a defesa do território explorado pelas políticas neoliberais, pois a exploração de bens naturais é uma violência à terra, às mulheres e aos homens e desde a colonização há uma penetração no território alheio, no corpo das mulheres, com efeitos desvantajosos à elas.

Referências:

- ARANTES, Luana. 2020. *Mulheres Indígenas do Baixo Tapajós (Pará) em exercício de mediação social*. Tese de Doutorado. Santarém: Universidade Federal do Oeste do Pará.
- CABNAL, Lorena. 2010. “Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. In ASOCIACIÓN para la cooperación (eds.): *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, pp.: 11-25. Las Segovias: ACSUR.
- CASTILLO, Rosalva. 2001. “Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico: las mujeres indígenas y sus demandas de género”. *Debate Feminista*, 24:206-229.
- CASTILLO, Rosalva. 2003. “Re-pensar el multiculturalismo desde el género. Las luchas por el reconocimiento cultural y los feminismos de la diversidad”. *Revista de Estudios de Género. La ventana [en línea]*, 18:9-39.
- CASTILLO, Rosalva. 2008a. “De Feminismos y Poscolonialismos: Reflexiones desde el Sur del Río Bravo”. In NAVAZ, L. & CASTILLO, R. A. (eds): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, pp.: 68-111. España: Cátedra.
- CASTILLO, Rosalva (ed.). 2008b. *Etnografías e historias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- CASTILLO, Rosalva. 2017. “Confrontando la Utopía Desarrollista: El Buen Vivir y La Comunidad en las luchas de las Mujeres Indígenas”. In VAREA, S. & ZARAGOCIN, S. (eds): *Feminismo y Buen Vivir: Utopías Decoloniales*, pp.: 26-43. Ecuador: Pydlos Ediciones - Universidad de Cuenca.

- FIMI (Foro Internacional de Mujeres Indígenas). 2006. *Mairin Iwanka Raya: Mujeres Indígenas Confrontan la Violencia. Informe complementario al Estudio sobre Violencia contra las Mujeres del Secretario General de las Naciones Unidas*. New York: FIMI.
- GUZMÁN, Claudia. 2017. "Dueñas del Cerro: las mujeres Tepehuas de Tlachichilco, Veracruz y su participación social y política". In BASSOLS, D. Barrera & TREJO, L. Hernández (eds): *Mujeres Indígenas: Participación social y política y transformaciones generacionales*, pp.: 237-246. Ciudad de México: GIMTRAP A. C.
- LANGDON, Esther. 2013. "O Abuso de Álcool entre os Povos Indígenas no Brasil: uma avaliação comparativa". In SOUZA, M. L. P. (ed.): *Processos de alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais*, pp.: 27-46. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- LORENTE, Maite. 2005. *Diálogos entre culturas: una reflexión sobre feminismo, género, desarrollo y mujeres indígenas kichuwas*. Madrid: Instituto Complutense de Estudios Internacionales.
- OMIR (Organização de Mulheres Indígenas de Roraima). 1999. *Estatuto da OMIR*. Boa Vista: OMIR.
- PRIETO, Mercedes. 1998. "El liderazgo en las mujeres indígenas: tendiendo puentes entre género y etnia". In CERVONE, E. et al. (eds): *Mujeres Contracorriente: voces de líderes indígenas*, pp.: 15-37. Quito: CEPLAES.
- PRIETO, Mercedes et al. 2005. "Mujeres indígenas y la búsqueda del respeto". In PRIETO, M. (ed.): *Mujeres ecuatorianas: Entre las crisis y las oportunidades 1990-2004*, pp.: 155-194. Quito: CONAMU, FLACSO-Ecuador, UNIFEM-Región Andina, UNFPA-Ecuador.
- SACCHI, A. & GRAMKOW, M. (eds.). 2012. *Gênero e Povos Indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9 e para a 27a. Reunião Brasileira de Antropologia"*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio-FUNAI, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).
- SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha (ed.). 2005a. *La doble mirada: voces e historias de mujeres indígenas latinoamericanas*. México: Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir AC, Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer/UNIFEM.
- SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha. 2017. "Los Desafíos de la Participación Política de las Mujeres Indígenas". In BASSOLS, D. & TREJO, L. (eds.): *Mujeres Indígenas: Participación social y política y transformaciones generacionales*, pp.:77-85. Ciudad de México: GIMTRAP A. C.
- SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha. 2012. "Los retos de los liderazgos femeninos en el movimiento indígena de México: la experiencia de la ANIPA". In HERNÁNDEZ, R. A. & CANESSA, A. (eds.): *Complementariedades y exclusiones en Mesoamérica y los Andes*, pp.: 254-273. Lima-Perú: Editorial Universitaria Abya-Yala, British Academy, IWGIA.
- SÁNCHEZ NÉSTOR, Martha. 2005b. "Mujeres Indígenas en México: acción y pensamiento. Construyendo otras mujeres en nosotras mismas". *Nuevelles Questions Féministes*, 24(2):41-53.
- SCHILD, Joziléia. 2016. *Mulheres Kaingang, seus caminhos, políticas e redes na TI Serrinha*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.

- SEGATO, Rita Laura. 2002. "Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas no Brasil". *Série Antropologia*, 326. Brasília: Universidade de Brasília, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit/GTZ.
- SILVA, Tayse. 2021. *Mulheres Indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN.
- TORRES, Georgina Méndez. 2007. "Nuevos escenarios de participación: experiencias de mujeres indígenas en México y Colombia". In DONATO, L. M. et. al. (eds.): *Mujeres Indígenas, Territorialidad y Biodiversidad en el Contexto Latinoamericano*, pp.: 35-46. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- VELÁZQUEZ CRUZ, Bettina. 2008. "Los dilemas de la educación para las mujeres indígenas: ¿Instrumento para la marginación o herramienta de emancipación?". *Aquí Estamos: Revista de ex Becarios Indígenas del IFPMéxico*, 5(9):52-67.
- ZEI, Tarcila Rivera. 2021. Indigenous Women: The Strength of Our Communities/Mujeres Indígenas: la fuerza de nuestras comunidades. "Webinar Cultural Survival", 31 de março de 2021.

Indigenous Women and Political Organization: union, fight, strength and resistance

Abstract: The article seeks to point out the challenges presented to indigenous women when they enter the political field and how this action expands and takes on new contours from their positions as community leaders and representatives of indigenous women's organizations. Based on this objective, the analysis seeks to highlight the contexts that favor the institutionalization of certain organizations and departments of indigenous women in the Brazilian Amazon and the purposes that drive associations, as well as demonstrating the necessary attributes for women when they occupy leadership positions. In addition, I present the main agendas of organized indigenous women and highlighting how the promotion of rights by indigenous women comprises different fronts of struggle, based on which policy proposals and action strategies are formulated from the local level to the international context. The purpose of these discussions is to point out the uniqueness of indigenous women's political participation and the specificities of their claims and how these factors can contribute to a feminism that contemplates the diversity of women.

Keywords: Women, Indigenous, Politics, Leaders, Rights.

Recebido em outubro de 2022.

Aprovado em dezembro de 2022.